

PREGÃO ELETRÔNICO

4/2026

CONTRATANTE (UASG)

(380106 – Complexo Penal de São José do Rio Preto)

OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios 2º quadrimestre de 2026 – Hortifruti e itens fracassados.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.304.282,62 (Um milhão, trezentos e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **13/05/2026 às 09:00h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

ESP-CTO.PROGR.PEN.´DR.JAVERT DE ANDRADE´ SJRP

Edital 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	380106-ESP-CTO.PROGR.PEN.´DR.JAVERT DE ANDRADE´ SJRP	LUCIANO LUCAS SERVALO LAGO	29/04/2026 09:41 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	74/2026	006.00181190/2026-35

1. Do objeto

COMPLEXO PENAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2026

(Processo Administrativo nº 006.00181190/2026-35)

Torna-se público que o(a) Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária, pela Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado, por meio do(a) Complexo Penal de São José do Rio Preto, sediado(a) Rodovia BR-153, Km 47,5 Bairro – Zona Rural CEP: 15.052-903- São José do Rio Preto - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é fins de aquisição de gêneros alimentícios 2º quadrimestre de 2026 - HORTIFRUTI E FRACASSADOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23 e 24 e ainda os itens 25 (cotas), a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas neste item 3), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Para os itens 21, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).
- 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar a totalidade do especificado por item na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,02 (dois centavos de real).

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
 - 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.
 - 8.1.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados admcomplexo@cppsirp.sap.sp.gov.br e hambrosi@sp.gov.br.

12. Das infrações administrativas e sanções

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
 - 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou
 - 12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
 - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento (Resolução SAP nº 49/2024), e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação [ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços)] no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): e-mails: admcomplexo@sjrp.sap.sp.gov.br e hambrosi@sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Caso o item 1 não defina licitação para registro de preços, a disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de

aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

14.15.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.7. ANEXO V – Planilha orçamentária;

São José do Rio Preto, na data da assinatura digital.

HEZEQUIAS AMBROSI

Chefe de Departamento

Autoridade Competente

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANO LUCAS SERVALO LAGO

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 11:04:36.

HEZEQUIAS AMBROSI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 09:41:45.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - TR.pdf (2.3 MB)
- Anexo II - ANEXO II - CONTRATO.pdf (86.07 KB)
- Anexo III - ANEXO III - RESOLUCAO SAP 49-2024.pdf (632.86 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - MODELO PLANILHA PROPOSTA.pdf (302.22 KB)
- Anexo V - ANEXO V - PLANILHA ORCAMENTARIA.pdf (52.23 KB)

ESP-CTO.PROGR.PEN.´DR.JAVERT DE ANDRADE´ SJRP

Termo de Referência 19/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2026	380106-ESP-CTO.PROGR.PEN.´DR.JAVERT DE ANDRADE´ SJRP	LUCIANO LUCAS SERVALO LAGO	28/04/2026 10:27 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	74/2026	006.00181190/2026-35

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2º QUADRIMESTRE DE 2026 - HORTIFRUTI E FRACASSADOS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Nº	COD. SIAFISICO	COD. COMPRAS	ITEM SIAFISICO	UN. FORNECIMENTO	QUANT.	REFERENCIAL	TOTAL
1	6411045	463782	Cebola Amarela Grauda	KG	3844	R\$ 2,95	R\$ 11.339,80
2	4406699	463806	Tomate Longa Vida (achatado), C/ Diametro Equatorial Maior Que 70mm	KG	11824	R\$ 4,15	R\$ 49.069,60
3	4404360	463839	Repolho Verde Liso, Peso Por Unidade Maior Que 3,0kg	KG	7977	R\$ 3,35	R\$ 26.722,95
4	4405862	463770	Cenoura Nantes, Extra a (com Comprimento Entre 160 e 200mm)	KG	9416	R\$ 4,42	R\$ 41.618,72
5	3149641	463754	Batata Comum Escovada, Com Diametro Equatorial Acima de 70mm	KG	8963	R\$ 3,99	R\$ 35.762,37
6	4397240	463818	Acelga Alongada, Especial, Peso Por Unidade Menor Que 1,50kg	KG	10146	R\$ 3,50	R\$ 35.511,00
7	4409353	463747	Abobrinha Brasileira (2a), Diametro Da Base Variando de 55 a 70mm	KG	9346	R\$ 4,70	R\$ 43.926,20

8	4396715	463767	Beterraba, Extra a (com Diâmetro Entre 50 e 90mm)	KG	5177	R\$ 4,53	R\$ 23.451,81
9	4408608	463823	Escarola, Primeira, Peso Unitário Menor Que 350g	KG	5248	R\$ 6,91	R\$ 36.263,68
10	4394526	463800	Pepino Comum, Extra Aa (comprimento Entre 16 e 20cm)	KG	2639	R\$ 5,56	R\$ 14.672,84
11	4395891	463778	Chuchu Verde Claro, Extra a (peso Unitário Entre 250 e 450g)	KG	10473	R\$ 3,65	R\$ 38.226,45
12	4398831	463822	Couve Manteiga de Primeira, peso Por Unidade Menor Que 580g	KG	2253	R\$ 7,45	R\$ 16.784,85
13	4419936	464401	Maca Fuji, Com Peso Unitário Entre 133 e 180 Gramas	KG	8646	R\$ 7,45	R\$ 64.412,70
14	4399218	464393	Laranja, Pera, Com Diâmetro Entre 65 e 71mm	KG	19325	R\$ 3,47	R\$ 67.057,75
15	4408381	464380	Banana Nanica de Primeira, comp. Maior Que 20cm e Diam Maior Que 35 Mm	KG	11243	R\$ 4,42	R\$ 49.694,06
16	4406508	464374	Abacaxi Perola, Graúdo, Com Peso Unitário Maior Que 1,5kg	KG	460	R\$ 5,80	R\$ 2.668,00
17	4409248	464398	Límao Tahiti, Com Diâmetro Equatorial Maior Que 60mm	KG	420	R\$ 4,15	R\$ 1.743,00
18	4408918	464418	Melancia Comum, Redonda e Média (peso Unitário Entre 7 e 10kg)	KG	700	R\$ 2,89	R\$ 2.023,00
19	4393228	463753	Batata Doce, Rosada, Extra Aa (peso Unitário Entre 150 e 300g)	KG	280	R\$ 3,92	R\$ 1.097,60
20	4395948	463764	Berinjela, Comum, Extra A, Medida Maior Que 25cm Por Unidade	KG	420	R\$ 4,82	R\$ 2.024,40
21	4944968	451062	Carne Bovina, Paleta S/músculo (aparáda), Inteira, Congelada	KG	16286	R\$ 29,90	R\$ 486.951,40
22	1258559	446633	Queijo, tipo Mussarela	KG	866	R\$ 36,39	R\$ 31.513,74
23	2427850	454687	Carne Bovina Salgada, Dianteira, Embalagem a Vacuo	KG	250	R\$ 38,93	R\$ 9.732,50
24	4945077	447388	Carne Bovina, Cupim, Peça Inteira, Congelada	KG	1660	R\$ 29,95	R\$ 49.717,00

25	4944968	451062	Carne Bovina, Paleta S/musculo (aparada), Inteira, Congelada	KG	5428	R\$ 29,90	R\$ 162.297,20
----	---------	--------	--	----	------	-----------	----------------

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como COMUNS, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 120 (centro e vinte) dias, contados do(a) ASSINATURA DO CONTRATO, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Não serão exigidos critérios de sustentabilidade além dos critérios eventualmente inseridos em legislação própria a comercialização dos itens a serem adquiridos.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 4.2. Na presente contratação não haverá a indicação de marca(s), ou modelo(s).

Da vedação de contratação de marca ou produto

- 4.3. Não Há.

Da exigência de amostra

- 4.4. Não Há.

Garantia da contratação

- 4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.6. Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o(s) item(ns) 21 constitui(em) cota(s) reservada(s) para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (ME/EPP /EQUIPARADAS), observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

4.6.1. Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será efetuada negociação para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Nº	COD. SIAFISICO	COD. COMPRAS	ITEM SIAFISICO	UN. FORNECIMENTO	QUANT.	Entrega
1	6411045	463782	Cebola Amarela Grauda	KG	3844	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
2	4406699	463806	Tomate Longa Vida (achatado), C/ Diametro Equatorial Maior Que 70mm	KG	11824	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
3	4404360	463839	Repolho Verde Liso, Peso Por Unidade Maior Que 3,0kg	KG	7977	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
4	4405862	463770	Cenoura Nantes, Extra a (com Comprimento Entre 160 e 200mm)	KG	9416	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
5	3149641	463754	Batata Comum Escovada, Com Diametro Equatorial Acima de 70mm	KG	8963	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)

6	4397240	463818	Acelga Alongada, Especial, Peso Por Unidade Menor Que 1,50kg	KG	10146	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
7	4409353	463747	Abobrinha Brasileira (2a), Diametro Da Base Variando de 55 a 70mm	KG	9346	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
8	4396715	463767	Beterraba, Extra a (com Diametro Entre 50 e 90mm)	KG	5177	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
9	4408608	463823	Escarola, Primeira, Peso Unitario Menor Que 350g	KG	5248	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
10	4394526	463800	Pepino Comum, Extra Aa (comprimento Entre 16 e 20cm)	KG	2639	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
11	4395891	463778	Chuchu Verde Claro, Extra a (peso Unitario Entre 250 e 450g)	KG	10473	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
12	4398831	463822	Couve Manteiga de Primeira,peso Por Unidade Menor Que 580g	KG	2253	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
						Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho;

13	4419936	464401	Maca Fuji, Com Peso Unitario Entre 133 e 180 Gramas	KG	8646	1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
14	4399218	464393	Laranja, Pera, Com Diametro Entre 65 e 71mm	KG	19325	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
15	4408381	464380	Banana Nanica de Primeira, comp. Maior Que 20cm e Diam Maior Que 35 Mm	KG	11243	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
16	4406508	464374	Abacaxi Perola, Graudo, Com Peso Unitario Maior Que 1,5kg	KG	460	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
17	4409248	464398	Limao Tahiti, Com Diametro Equatorial Maior Que 60mm	KG	420	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
18	4408918	464418	Melancia Comum, Redonda e Media (peso Unitario Entre 7 e 10kg)	KG	700	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
19	4393228	463753	Batata Doce, Rosada, Extra Aa (peso Unitario Entre 150 e 300g)	KG	280	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
20	4395948	463764	Berinjela, Comum, Extra A, Medida Maior Que 25cm Por Unidade	KG	420	Dividido em 16 parcelas, sendo 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de maio; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de junho; 1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de julho;

						1ª, 2ª, 3ª, 4ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
21	4944968	451062	Carne Bovina, Paleta S/musculo (aparada), Inteira, Congelada	KG	16286	Dividido em 4 parcelas, sendo 3ª Semana de maio; 3ª Semana de junho; 3ª Semana de julho; 3ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
22	1258559	446633	Queijo, tipo Mussarela	KG	866	Dividido em 4 parcelas, sendo 3ª Semana de maio; 3ª Semana de junho; 3ª Semana de julho; 3ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
23	2427850	454687	Carne Bovina Salgada, Dianteira, Embalagem a Vacuo	KG	250	Dividido em 4 parcelas, sendo 3ª Semana de maio; 3ª Semana de junho; 3ª Semana de julho; 3ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
24	4945077	447388	Carne Bovina, Cupim, Peca Inteira, Congelada	KG	1660	Dividido em 4 parcelas, sendo 3ª Semana de maio; 3ª Semana de junho; 3ª Semana de julho; 3ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)
25	4944968	451062	Carne Bovina, Paleta S/musculo (aparada), Inteira, Congelada	KG	5428	Dividido em 4 parcelas, sendo 3ª Semana de maio; 3ª Semana de junho; 3ª Semana de julho; 3ª Semana de agosto; (Prazo a ser confirmado e definido em cronograma após assinatura de contrato)

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): Centro de Progressão Penitenciária “Dr. Javert de Andrade” de São José do Rio Preto, situado na Rodovia BR 153 – Km 47,5 – Zona Rural – CEP 15.052-903 – São José do Rio Preto - SP

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

- 6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

- 6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

- 6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

- 6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

- 6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (DOIS) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (DOIS) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até XX (XXX) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

- 7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

- 7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial,

devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

8.13. Produtor Rural pessoa física: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146);

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.25. Não haverá exigência de qualificação técnica;

Outras comprovações

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.304.282,60

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.304.282,62 Um milhão, trezentos e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 001/380106;
- II) Fonte de Recursos: 150010001;
- III) Programa de Trabalho: 14421381561390000;
- IV) Elemento de Despesa: 339030;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANO LUCAS SERVALO LAGO

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 10:27:07.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 7 - ETP.pdf (2.15 MB)

ESP-CTO.PROGR.PEN.´DR.JAVERT DE ANDRADE´ SJRP

Estudo Técnico Preliminar 13/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00181190/2026-35

2. Descrição da necessidade

A aquisição de Gêneros Alimentícios visa atender a necessidade do uso dos itens no preparo da alimentação diária das pessoas privadas de liberdade e servidores desta Unidade Prisional, Centro de Detenção Provisória de São José do Rio Preto, bem como, do Centro de Ressocialização Feminino de São José do Rio Preto, e se faz evidente para não prejudicar o cumprimento do Cardápio Único Padrão estabelecido pela Pasta, visando garantir as medidas de assistência à pessoa presa, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Lei 7.210/1984 - Lei de Execução Penal, contribuindo destarte para manutenção da ordem, segurança e disciplina destes Estabelecimento Penais.

Ressalta-se que a alimentação dos sentenciados e servidores desta Unidade Prisional e Centro de Detenção Provisória de São José do Rio Preto são manipulados e produzidos no setor da cozinha desta unidade enquanto, considerando que a unidade de regime provisório não conta com setor de cozinha própria, enquanto para o Centro de Ressocialização Feminino de São José do Rio Preto, os itens adquiridos em conjunto são estocados e manipulados na própria unidade feminina, destacando que a aquisição em conjunto permite melhor economicidade no processo licitatório uma vez que é realizada a oferta de compra em maior volume, podendo assim atingir melhores condições pelos diversos fornecedores.

Fora realizado um pregão principal, para aquisição dos itens estocáveis e perecíveis, ficando o hortifruti para nova contratação, utilizando-se a economia proveniente da sessão pública licitatória. Acrescenta-se a essa contratação os itens que resultaram em fracasso no pregão principal.

Abaixo, a lista de materiais/itens a serem adquiridos:

Nº	COD. SIAFISICO	COD. COMPRAS	ITEM SIAFISICO	UN. FORNECIMENTO
1	6411045	463782	Cebola Amarela Grauda	KG
2	4406699	463806	Tomate Longa Vida (achatado), C/ Diametro Equatorial Maior Que 70mm	KG
3	4404360	463839	Repolho Verde Liso, Peso Por Unidade Maior Que 3,0kg	KG
4	4405862	463770	Cenoura Nantes, Extra a (com Comprimento Entre 160 e 200mm)	KG
5	3149641	463754	Batata Comum Escovada, Com Diametro Equatorial Acima de 70mm	KG
6	4397240	463818	Acelga Alongada, Especial, Peso Por Unidade Menor Que 1,50kg	KG
7	4409353	463747	Abobrinha Brasileira (2a), Diametro Da Base Variando de 55 a 70mm	KG
8	4396715	463767	Beterraba, Extra a (com Diametro Entre 50 e 90mm)	KG
9	4408608	463823	Escarola, Primeira, Peso Unitario Menor Que 350g	KG

10	4394526	463800	Pepino Comum, Extra Aa (comprimento Entre 16 e 20cm)	KG
11	4395891	463778	Chuchu Verde Claro, Extra a (peso Unitario Entre 250 e 450g)	KG
12	4398831	463822	Couve Manteiga de Primeira,peso Por Unidade Menor Que 580g	KG
13	4419936	464401	Maca Fuji, Com Peso Unitario Entre 133 e 180 Gramas	KG
14	4399218	464393	Laranja, Pera, Com Diametro Entre 65 e 71mm	KG
15	4408381	464380	Banana Nanica de Primeira,comp. Maior Que 20cm e Diam Maior Que 35 Mm	KG
16	4406508	464374	Abacaxi Perola, Graudo, Com Peso Unitario Maior Que 1,5kg	KG
17	4409248	464398	Limao Tahiti, Com Diametro Equatorial Maior Que 60mm	KG
18	4408918	464418	Melancia Comum, Redonda e Media (peso Unitario Entre 7 e 10kg)	KG
19	4393228	463753	Batata Doce, Rosada, Extra Aa (peso Unitario Entre 150 e 300g)	KG
20	4395948	463764	Berinjela, Comum, Extra A, Medida Maior Que 25cm Por Unidade	KG
21	4944968	451062	Carne Bovina, Paleta S/musculo (aparada), Inteira, Congelada	KG
22	1258559	446633	Queijo,tipo Mussarela	KG
23	2427850	454687	Carne Bovina Salgada, Dianteira, Embalagem a Vacuo	KG
24	4945077	447388	Carne Bovina, Cupim, Peca Inteira, Congelada	KG

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional	MATHEUS SILVA E CASTRO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao produto;

O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes;

Os produtos deverão ser entregues de acordo com as respectivas Normas Técnicas de Alimentação e transportados em embalagens e veículos apropriados, de forma a garantir sua perfeita conservação (RDC no 216 de 15 de setembro de 2004);

A contratada deverá fornecer os materiais conforme as especificações técnicas prescritas no termo de referência;

As mercadorias deverão ser entregues em condições ideais de consumo: íntegras, com as características próprias das espécies (cor, aroma, sabor e textura), em adequado estágio de maturação; em condições higiênico-sanitárias adequadas, ou seja, livre de pragas, insetos, danos físicos ou mecânicos, que afetem a aparência e facilitam a proliferação de bactérias deteriorantes;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A contratada deverá atender as prescrições relativas a Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, no que se refere as características sustentáveis de consumo do objeto a ser ofertado na licitação e utilização da logística de descarte adequada para o objeto;

A entregas deverão ocorrer no almoxarifado do Centro de Progressão Penitenciária "Dr. Javert de Andrade" de São José do Rio Preto, cito Rodovia BR-153, Km 47,5 Bairro – Zona Rural CEP: 15.052-903- São José do Rio Preto - SP.

No caso desta contratação, não se faz necessária a exigência de garantias adicionais além das próprias previstas no Código de Defesa do Consumidor e /ou especificadas no Termo de Referência, considerando trata-se de bens de consumo comuns, amplamente disponíveis no mercado, sem complexidade técnica ou necessidade de fabricação sob medida, sendo ainda que a natureza e o valor estimado da contratação de forma individualizado não representam risco relevante para a Administração.

Não serão exigidos critérios adicionais de sustentabilidade, além daqueles já previstos em legislação própria que regula a comercialização dos itens, uma vez estes serem bens de consumo comuns e padronizados, onde tais produtos já se encontram submetidos a normas e requisitos legais próprios, além do que, a adoção de critérios sustentáveis adicionais poderia elevar o custo de aquisição sem ganho proporcional de desempenho ou durabilidade, o que comprometeria a economicidade da contratação, especialmente considerando tratar-se de itens de uso rotineiro e reposição frequente.

Não haverá a indicação ou vedações de marcas ou modelos, dos itens, devendo atentar-se a descrição técnica dos itens.

Não se vislumbra a necessidade de exigência de amostras ou cartas solidarias, considerando a natureza dos itens envolvidos.

Destaca-se a necessidade de entrega parcelada, uma vez impossível acolher no almoxarifado, o total de itens necessários para o quadrimestre.

Segue descrição técnica dos itens solicitados:

Nº	TIPO	COD. SIAFISICO	COD. COMPRAS	ITEM SIAFISICO	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
					Cebola; Amarela, Grauda; Diâmetro Equatorial Entre 71 e 90mm; Apresentando Casca Com Coloracao Amarela e Polpa Com Coloracao Amarela; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Brotado, Ferimento, Perda de

1	HORTIFRUT	6411045	463782	Cebola Amarela Grauda	Catafilo Interno Ou Podridao; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Submultipla de (1,00 x 1,20)m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro), Rdc 12 /01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br;
2	HORTIFRUT	4406699	463806	Tomate Longa Vida (achatado), C/ Diametro Equatorial Maior Que 70mm	Tomate; Longa Vida (achatado); 3a /2a, Com Diametro Equatorial Maior Que 70mm; Com Grau de Maturacao Maduro; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Podridao, Passado, Virose, Dano Por Praga, Ferimento, Queimado de Sol Grave, Imaturo; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro), Rdc 12 /01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br;
3	HORTIFRUT	4404360	463839	Repolho Verde Liso, Peso Por Unidade	Repolho; Verde Extra, Cabeca Arredondada; Peso Por Unidade Maior Que 3,0kg; Apresentando Coloracao Das Folhas Verde e Texturalisa; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Como: Ferimento, Podridao, Dano Por Praga; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00 x 1,20m (com 10 a 12 Cabecas); Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e

				<p>Maior Que 3,0 kg</p> <p>Telefone do Fornecedor; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro)rdc 12/01 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informações Contidas Em Normas e Padrões do Site Www.bec.sp.gov.br;</p>
4	HORTIFRUT	4405862	463770	<p>Cenoura Nantes, Extra a (com Comprimento Entre 160 e 200mm)</p> <p>Cenoura; Variedade Nantes; Extra A, Com Comprimento Unitário Entre 160 e 200 Mm; Casca C/ Coloração Alaranjada Escura, Textura Lisa; Formato Cilíndrico e Coração Pouco Evidente; o Lote Deverá Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloração; Não Apresentar Os Defeitos Podridão, Dano Por Praga, Murcho, Ferimento; Ombro Verde Ou Roxo, Lenhoso, Deformação Grave Ou Quebrado; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Múltipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificação do Produto, Peso Líquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12 /01 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informações Contidas Em Normas e Padrões do Site Www.bec.sp.gov.br;</p>
5	HORTIFRUT	3149641	463754	<p>Batata Comum Escovada, Com Diâmetro Equatorial Acima de 70mm</p> <p>Batata; Comum Escovada; Com Diâmetro Equatorial Acima de 70mm, grande e Uniforme; Não Apresentar Os Defeitos Aparentes Como Esverdeamento, arroxamento, broteamento, Rachadura; Podridão, e Os Defeitos Internos; Como Coração Oco, negro e Mancha de Chocolate; Deve Estar Isenta de Excesso de Substâncias Terrosas, sujidades; Corpos Estranhos Aderidos a Superfície Externa; Devendo Ser Entregue Em Emb.aberta Sub Múltipla De(1,00x1,20)m,em Pacotes atóxicos; Contendo Identificação do Produto, Peso Líquido, Nome; Endereço</p>

					Completo do Fornecedor do Produto; e Telefoneres.anvisa 259/02,port. 157 /02 e Res. Cvs.nr 15/91; Devendo Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br;
6	HORTIFRUT	4397240	463818	Acelga Alongada, Especial, Peso Por Unidade Menor Que 1,50kg	Acelga; Alongada, Especial; Peso Por Unidade Menor Que 1,50kg; Apresentando Cabeça Alongada, Compacta e Base Estreita, Folha Grande, Espessa; Alongada Com Coloracao Verde Media, Coloracao Interna Branco Creme e Nervuras Brancas; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho; Nao Podendo Apresentar Os Defeitos Como Podridao, Manchado e Murcho; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, a Nvisa, Inmetro), Rdc 724/22 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc. Administrativos Determinados Pela Anvisa; Devendo Obedecer As Devendo Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br;
7	HORTIFRUT	4409353	463747	Abobrinha Brasileira (2a), Diametro Da Base Variando de 55 a 70mm	Abobrinha; Brasileira (2a); Com Diametro Da Base Variando de 55 a 70 Milimetros; Apresentando Formato Cilindrico Com Pescoco, Coloracao Da Casca Verde e Estrias Claras; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Como: Ferimento, Passado, Podridao, Virose, Murcho e Dano Por Praga; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro)rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto

					Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br;
8	HORTIFRUT	4396715	463767	Beterraba, Extra a (com Diametro Entre 50 e 90mm)	Beterraba; Extra a (com Diametro Entre 50 e 90mm); Formato Globular; Casca C/ Coloracao Vermelho Arroxeado; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Podridao, Passado, Murcho e Ferimento; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00x1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12 /01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br;
9	HORTIFRUT	4408608	463823	Escarola, Primeira, Peso Unitario Menor Que 350g	Escarola; Primeira (tipo 36), Com Peso Unitario Inferior a 350 Gramas; Com Folhas Verde-claras e o Centro Verde-amarelado; Devendo o Lote Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Defeitos Como Murcho, Podridao Ou Com Aparencia Amarelada; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Submultipla de 1,00 x1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12 /01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br;

10	HORTIFRUT	4394526	463800	Pepino Comum, Extra Aa (comprimento Entre 16 e 20cm)	Pepino; Comum; Extra Aa (comprimento Entre 16 e 20cm); Casca C/ Coloracao Verde Escura, Textura Da Polpa Macia; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Podridao, Ferimento, Deformacao Grave; Passado, Virose, Murcho; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00x1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br ;
11	HORTIFRUT	4395891	463778	Chuchu Verde Claro, Extra a (peso Unitario Entre 250 e 450g)	Chuchu; Verde Claro; Extra a (peso Unitario Entre 250 e 450g); o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Podridao, Murcho, Passado; Deformacao Grave, Ferimento; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00x1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br ;
					Couve; Manteiga de Primeira; Peso Por Unidade Menor Que 580g; Na Cor Verde e Nervura Branco Esverdeada; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho; Nao Apresentar Os Defeitos Como: Ferimento e Podridao; Devendo Ser

12	HORTIFRUT	4398831	463822	Couve Manteiga de Primeira, peso Por Unidade Menor Que 580g	Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00 X1,20m; Conter Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjuunta 09/02, (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc.administrativos Determinados Pela Anvisa; Devendo Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Bec.sp.gov.br;
13	HORTIFRUT	4419936	464401	Maca Fuji, Com Peso Unitario Entre 133 e 180 Gramas	Maca; Fuji; Com Peso Unitario Entre 133 e 180 Gramas; Apresentando Coloracao Da Casca Vermelha Com Estrias e Polpa Amarelo Clara; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Como: Ferimento, Podridao, Amassado Ou Defeito de Polpa; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro), Rdc 12/01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br;
14	HORTIFRUT	4399218	464393	Laranja, Pera, Com	Laranja; Pera; Com Diametro Entre 65 e 71mm; Formato Esferico, Casca C/ Coloracao Verde Alaranjada; Textura Levemente Aspera e Ausencia de Umbigo; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Podridao, Dano Por Praga, Ferimento; Murcho e Imaturo; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00x1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e

				Diametro Entre 65 e 71mm	Telefone do Fornecedor; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro), Rdc 12 /01 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informações Contidas Em Normas e Padrões do Site Www.bec.sp.gov.br ;
15	HORTIFRUT	4408381	464380	Banana Nanica de Primeira, comp. Maior Que 20cm e Diam Maior Que 35 Mm	Banana; Nanica de Primeira; Comprimento Maior Que 20 Cm e Diametro Maior Que 35 Mm; Coloração Da Casca Amarelo Esverdeada, Espessura Fina e Polpa Branca Creme; o Lote Deverá Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloração; Não Apresentar Defeitos Como: Passada, Dano Por Praga, Podridão e Ferimento Em Mais Que Três Dedos Da Penca E; Dois Dedos Se For Buque; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Múltipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificação do Produto, Peso Líquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro)rdc 12/01 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Devendo Obedecer As Informações Contidas Em Normas e Padrões do Site Www.bec.sp.gov.br ;
16	HORTIFRUT	4406508	464374	Abacaxi Perola, Graúdo, Com Peso Unitário	Abacaxi; Perola; Graúdo, Com Peso Unitário Maior Que 1,5kg; Polpa C/ Coloração Branco Perola, Formato Cônico e Casca C/ Espessura Fina; o Lote Deverá Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloração; Não Apresentar Os Defeitos Como Podridão, Amassado, Sem Coroa, Fasciação Grave; Ferimento, Passado, Imaturo, Defeito de Polpa Ou Queimado de Sol Grave; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Múltipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificação do

				<p>Maior Que 1,5 kg</p> <p>Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro), Rdc 12 /01 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informações Contidas Em Normas e Padrões do Site Www.bec.sp.gov.br;</p>
17	HORTIFRUT	4409248	464398	<p>Limão Tahiti, Com Diâmetro Equatorial Maior Que 60mm</p> <p>Limão; Tahiti; Com Diâmetro Equatorial Maior Que 60mm; Formato Arredondado, Casca C/ Coloração Verde, Textura Lisa a Ligeiramente Rugosa e Espessura Média; Ausência de Sementes, Suculência Alta e Acidez Média; o Lote Deverá Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloração; Não Apresentar Os Defeitos Passado, Ferimento, Seco, Oleocelose Ou Podridão; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Múltipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificação do Produto, Peso Líquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Instrução Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro), Rdc 12 /01 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informações Contidas Em Normas e Padrões do Site Www.bec.sp.gov.br;</p>
18	HORTIFRUT	4408918	464418	<p>Melancia Comum, Redonda e Média (peso Unitário Entre 7 e 10kg)</p> <p>Melancia; Comum; Redonda, Média (com Peso Unitário Variando de 7 A 10 Kg); Com Polpa Vermelha e Presença de Sementes; Devendo o Lote Apresentar Homogeneidade Visual Detamanho e Coloração; Não Apresentar Defeitos Como Podridão, Passado, Amassado, Ferido, Oco, Imaturo, Queimado de Sol Grave, Com Virose; Deformação Grave Ou Polpa Branca; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Submúltipla de 1,00 x1,20m; Contendo Identificação do Produto, Peso Líquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas</p>

					Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro), Rdc 12 /01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Admin. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br;
19	HORTIFRUT	4393228	463753	Batata Doce, Rosada, Extra Aa (peso Unitario Entre 150 e 300g)	Batata Doce; Rosada; Extra Aa (peso Unitario Entre 150 e 300g); Casca C/ Coloracao Rosada; Polpa C/ Coloracao Creme; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho e Coloracao; Nao Apresentar Os Defeitos Podridao, Deformacao Grave, Dano Por Praga, Esverdeamento; Murcho, Passado, Queimado de Sol Grave, Ferimento, Brotado; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Sub Multipla de 1,00x1, 20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa, Inmetro), Rdc 12 /01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa; Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Www.bec.sp.gov.br;
20	HORTIFRUT	4395948	463764	Berinjela, Comum, Extra A, Medida Maior Que 25cm Por Unidade	Berinjela; Variedade Comum, Extra A; Com Comprimento Unitario Maior Que 25 Cm; o Lote Devera Apresentar Homogeneidade Visual de Tamanho; Nao Apresentar Os Defeitos Como: Podridao, Murcho, Passado, Dano Por Praga, Ferimento, Deformacao Grave; Devendo Ser Entregue Em Embalagem Submultipla de 1,00 x 1,20m; Contendo Identificacao do Produto, Peso Liquido, Nome e Telefone do Fornecedor; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa Conjunta 09/02 (sarc, Anvisa,inmetro), Drc 12 /01 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proc. Administrativos

					Determinados Pela Anvisa; Devendo Obedecer As Informacoes Contidas Em Normas e Padroes do Site Bec.sp.gov.br;
21	PERECÍVEL	4944968	451062	Carne Bovina, Paleta S/musculo (aparada), Inteira, Congelada	Carne Bovina; Paleta, Sem Musculo (aparada); Peca Inteira; Congelada; Transportada e Conservada Em Temperatura de -12°C Ou Mais Frio; Com Cor, Sabor e Odor Proprios Da Carne, Firme, Consistente e Nao Pegajosa, Sem Manchas Esverdeadas; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substancia Contaminante; Que Possa Altera-la Ou Encobrir Alguma Alteracao; Embalagem Primaria Plastica, Atoxica e Transparente; Embalagem Secundaria Caixa de Papelao Reforcado; Com Validade Minima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com Decreto 9.013/17, Instrucao Normativa 22/05, Portaria Cvs 05/13; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;
22	PERECÍVEL	1258559	446633	Queijo, tipo Mussarela	Queijo; Mussarela, transportado e Conservado Em Temperatura Nao Superior 8°C; Embalado Em Plastico Inviolavel, selado a Vacuo, com Validade Minima de 02 Meses e 4 Dias Na Data Da Entrega; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Portaria 364/97 (mapa), Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 360/03, Rdc 14/14 e Alteracoes Posteriores; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega Aos Proced. adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;
					Carne Bovina Salgada; Produto Preparado Com Carne Bovina Dianteira, Injetada Com Salmoura (sal e Nitrito); Dessecada, de Consistencia Firme, Com Cor, Cheiro e Sabor Caracteristicos; Isenta de Sujidades, Parasitos e Materiais Estranhos; Acondicionada Em Embalagem a

23	PERECÍVEL	2427850	454687	Carne Bovina Salgada, Dianteira, Embalagem a Vacuo	Vacuo Atoxica; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com In Mapa 92/20, Portaria 368/97, Decreto 9.013/17; Rdc 724/22, In 161/22, Rdc 727/22 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced.admin. Determinados Pelo Mapa e Anvisa; Com Validade Mínima de 3 Meses Na Data Da Entrega;
24	PERECÍVEL	4945077	447388	Carne Bovina, Cupim, Peca Inteira, Congelada	Carne Bovina; Cupim; Peca Inteira; Congelada; Transportada e Conservada Em Temperatura de -12°C Ou Mais Frio; Com Cor, Sabor e Odor Próprios Da Carne, Firme, Consistente e Não Pegajosa, Sem Manchas Esverdeadas; Devendo Apresentar-se Livre de Parasitas e de Qualquer Substância Contaminante; Que Possa Alterá-la Ou Encobrir Alguma Alteração; Embalagem Primária Plástica, Atoxica e Transparente; Embalagem Secundária Caixa de Papelão Reforcado; Com Validade Mínima de 10 Meses Na Data Da Entrega; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com Decreto 9.013/17, Instrução Normativa 22/05, Portaria Cvs 05/13; Rdc 12/01, Rdc 259/02 e Alterações Posteriores; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Proced. Adm. Determinados Pelo Mapa e Anvisa;

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para o presente Estudo Técnico Preliminar foi realizado com o objetivo de analisar as alternativas disponíveis e justificar tecnicamente e economicamente a solução mais vantajosa para a aquisição dos materiais conforme a Descrição da necessidade (Item 2).

Este processo atende às exigências estabelecidas pelo Decreto nº 68.017/2023, que requer a avaliação de outras alternativas possíveis, bem como a fundamentação econômica da escolha efetuada.

Quanto à demonstração e ratificação de que se tratam de bens de natureza comum, aponto que os itens requeridos se enquadram no conceito considerando: “bens comuns são aqueles rotineiros, usuais, padronizados, sem maiores complexidades ou que dispensem especialização e podem ser definidos no edital mediante especificações reconhecidas pela experiência e tradição do mercado (Manual do Pregão Eletrônico - Sefaz/SP)”, portanto, qualquer empresa do ramo é capaz de fornecer os materiais relacionados no presente ETP.

Inicialmente, destaca-se que o Complexo Penal de São José do Rio Preto, já conta com uma estrutura física adequada para o setor de serviço de almoxarifado, incluindo servidores capacitados para operar os sistemas de controle de estoque.

Atualmente, a administração utiliza o SAM (Sistema de Administração de Materiais), desenvolvido e mantido pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

A alternativa principal para o atendimento da demanda é a manutenção do almoxarifado físico, que se apresenta como uma solução viável e eficiente, levando em consideração os itens que formaram estoque.

Ademais, a estrutura existente proporciona uma operação segura e economicamente favorável.

Outra alternativa analisada foi a implementação de um almoxarifado virtual, um sistema digital que elimina ou reduz a necessidade de armazenamento físico, promovendo a gestão automatizada dos materiais. Essa solução permite entregas just-in-time, integração direta com fornecedores e monitoramento em tempo real do estoque. Contudo, embora essa alternativa ofereça vantagens como agilidade, transparência e economia de espaço físico, ela também apresenta custos consideráveis relacionados ao licenciamento de software (SaaS), customização, implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico e ainda sim, não elimina a necessidade de estoque mínimo ainda na unidade.

Solução ainda distinta, seria a aquisição da alimentação já pronta de empresa terceirizada, contudo, esta solução apresenta custos prévios maiores e além do aspecto econômico, também se tem a questão social, uma vez que o preparo do alimento em cozinha própria, se utilizando de mão de obra do sentenciado, permite uma atividade profissional a pessoa privada de liberdade, fomentando políticas de reintegração social.

Ao avaliar os custos e os benefícios das opções, concluiu-se que a manutenção do almoxarifado físico, com aquisição direta de materiais para uso imediato, formação e reposição do estoque, é a alternativa mais vantajosa para o complexo.

Além de ser a solução economicamente mais viável e mais abrangente ao mercado, ela já está integrada às rotinas administrativas e operacionais, sendo o procedimento mais comum em outras contratações realizadas por esta administração, bem como, demais unidades, atendendo de forma satisfatória às demandas do Complexo Penal.

Ressalta-se que a locação dos bens, conforme previsto no art. 44 da Lei nº 14.133/2021, não é aplicável ao presente caso.

Assim, a escolha pela aquisição direta dos materiais reforça o compromisso com a eficiência e a economicidade no atendimento das necessidades administrativas.

Finalmente, aponto que não vislumbrou-se despesas relacionadas com a manutenção, garantia técnica estendida, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental dos objetos a serem adquiridos, entre outros fatores vinculados ao ciclo de vida de cada solução, bem como, não observo a existência de custos indiretos que possam apontar soluções diferentes.

6. Descrição da solução como um todo

Considerando as informações constantes no item 5, resta comprovado que a melhor solução é a AQUISIÇÃO DIRETA DOS MATERIAIS DE CONSUMO, para uso imediato, formação e reposição do estoque.

Destaco, pela natureza, quantidade de objetos a serem adquiridos e valores previstos do certame, a opção viável é a formalização de Licitação e dentre as modalidades previstas, o Pregão é a opção determinante, considerando que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (art. 6º, inciso XLI c.c. art. 29 da Lei 14.133/21).

A forma de realização da sessão pública do Pregão, como praxe e buscando total transparência é a ELETRÔNICA.

Quanto ao critério de julgamento, a opção pelo “menor preço”, previsto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, se mostra o mais adequado à natureza da contratação, que envolve bens comuns, cujas especificações são objetivas e plenamente definidas no termo de referência.

O critério de “menor preço” permite a comparação direta e objetiva entre as propostas, facilitando o julgamento e assegurando maior transparência e isonomia entre os licitantes e ainda garante a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

Quanto ao modo de disputa, entende-se que o modo “aberto” (Art. 56, §1º da Lei 14.133/21) é o mais adequado para o caso, pois permite competição de lances sucessivos e total transparência entre os licitantes.

Em resumo, a opção para a presente contratação é a Licitação por meio de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO utilizando-se o modo de disputa ABERTO.

Considerando que o objeto trata da aquisição de bens de consumo comuns, e conforme requisito da contratação, a entrega deverá ocorrer de forma parcelada, conforme escala de entrega a ser definida, haverá a necessidade de formalização de Contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os Gêneros Alimentícios a serem adquiridos, serão utilizados no preparo de refeições dos sentenciados e funcionários das unidades já mencionadas, durante o período de 01 de maio à 31 de agosto de 2026, sendo assim, foi efetuado levantamento da população carcerária e funcional das três unidades prisionais envolvidas conforme quadro a seguir:

QUANTITATIVO INFORMADO COORDENADORIA		
DATA BASE: 20/03/2026		
CPP		
PRESOS	-	1366
MORADORES	-	2
SERVIDORES (1/3)	145	48,33333333
TOTAL	-	1416,333333
CDP		
PRESOS	-	1137
SERVIDORES (1/3)	186	62
TOTAL	-	1199
CRF		
PRESOS	-	152
SERVIDORES (1/3)	35	11,66666667
TOTAL	-	163,666667

PRESOS		2655
SERVIDORES		122
MORADORES		2
TOTAL GERAL	-	2779

Para chegar a demanda em tela, foi analisado o ciclo de 28 dias do cardápio padrão (Anexo I) para o CPP Dr. Javert de Andrade e o Centro de Detenção Provisória de São José do Rio Preto, e demanda apresentada para 4 meses pelo Centro de Ressocialização Feminino de São José do Rio Preto (Anexo II) compilados e feita a proporção para o período de 4 meses das 3 (três) unidades prisionais, já descontando o possível saldo excedente do estoque atual (anexo III).

Vale destacar que o quantitativo está de acordo com a per capita, conforme cálculos regradados pelo Decreto nº 43.339/98 e Resolução SOG-9, de 14 /09/2021, qual altera a Resolução SAMSP-16 de 09/09/98, que dispõe sobre aquisição utilização e controle de gêneros e produtos alimentícios, estando mais detalhado nos anexos deste ETP.

A quantidade de comensais, levando em consideração as 3 unidades prisionais envolvidas, ficou definida em 2779.

Para o cálculo acima, a quantidade de servidores é dividida em 3, considerando que os servidores exercem em sua maioria o trabalho em escala de plantão.

Considerando o valor de repasse e cotação inicial dos itens, e necessidade de expedição de Nota de Reserva, verificou-se que o saldo é insuficiente, sendo assim, se propos a compra dos itens Estocáveis e Perecíveis, e com a economia gerada na sessão licitatória, realizar um novo pregão para o hortifruti. Ocorre que o certame foi realizado e gerada a economia prevista, sendo assim, foi dado início da contratação dos itens não licitados anteriormente, buscando a eficiência administrativa, sendo incluído os itens fracassados no pregão original finalizando a contratação conforme (anexo IV pregão original e anexo V o novo pregão).

Em resumo o quantitativo a ser contrato está apresentado no quadro a seguir:

Nº	COD. SIAFISICO	COD. COMPRAS	ITEM SIAFISICO	UN. FORNECIMENTO	QUANT.
1	6411045	463782	Cebola Amarela Grauda	KG	3844
2	4406699	463806	Tomate Longa Vida (achatado), C/ Diâmetro Equatorial Maior Que 70mm	KG	11824

3	4404360	463839	Repolho Verde Liso, Peso Por Unidade Maior Que 3,0kg	KG	7977
4	4405862	463770	Cenoura Nantes, Extra a (com Comprimento Entre 160 e 200mm)	KG	9416
5	3149641	463754	Batata Comum Escovada, Com Diametro Equatorial Acima de 70mm	KG	8963
6	4397240	463818	Acelga Alongada, Especial, Peso Por Unidade Menor Que 1,50kg	KG	10146
7	4409353	463747	Abobrinha Brasileira (2a), Diametro Da Base Variando de 55 a 70mm	KG	9346
8	4396715	463767	Beterraba, Extra a (com Diametro Entre 50 e 90mm)	KG	5177
9	4408608	463823	Escarola, Primeira, Peso Unitario Menor Que 350g	KG	5248
10	4394526	463800	Pepino Comum, Extra Aa (comprimento Entre 16 e 20cm)	KG	2639
11	4395891	463778	Chuchu Verde Claro, Extra a (peso Unitario Entre 250 e 450g)	KG	10473
12	4398831	463822	Couve Manteiga de Primeira,peso Por Unidade Menor Que 580g	KG	2253
13	4419936	464401	Maca Fuji, Com Peso Unitario Entre 133 e 180 Gramas	KG	8646
14	4399218	464393	Laranja, Pera, Com Diametro Entre 65 e 71mm	KG	19325
15	4408381	464380	Banana Nanica de Primeira,comp. Maior Que 20cm e Diam Maior Que 35 Mm	KG	11243
16	4406508	464374	Abacaxi Perola, Graudo, Com Peso Unitario Maior Que 1,5kg	KG	460
17	4409248	464398	Limao Tahiti, Com Diametro Equatorial Maior Que 60mm	KG	420
18	4408918	464418	Melancia Comum, Redonda e Media (peso Unitario Entre 7 e 10kg)	KG	700
19	4393228	463753	Batata Doce, Rosada, Extra Aa (peso Unitario Entre 150 e 300g)	KG	280
20	4395948	463764	Berinjela, Comum, Extra A, Medida Maior Que 25cm Por Unidade	KG	420
21	4944968	451062	Carne Bovina, Paleta S/musculo (aparada), Inteira, Congelada	KG	21714
22	1258559	446633	Queijo,tipo Mussarela	KG	866
23	2427850	454687	Carne Bovina Salgada, Dianteira, Embalagem a Vacuo	KG	250

24	4945077	447388	Carne Bovina, Cupim, Peca Inteira, Congelada	KG	1660
----	---------	--------	--	----	------

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.304.282,60

Aponto que não se vê motivações para se preservar o sigilo do valor da contratação, sendo assim, baseado na pesquisa de preços e considerando o quantitativo estimado, temos uma estimativa de contratação prevista em R\$ 1.304.282,60 (três milhões cento e doze mil oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em acolhimento ao disposto no artigo 40, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, os itens pretendidos serão licitados por itens, e a entrega parcelada para garantir a não deterioração do material e visando o aproveitamento das peculiaridades do mercado a fim de fomentar a ampliação da disputa entre os licitantes, para obtenção da proposta mais vantajosa, conferindo maior economicidade à administração, sendo detalhada a programação no Termo de Referência.

Com o parcelamento também teremos a flexibilidade de fornecimento, gerenciamento eficiente de estoque, adequação às necessidades dinâmicas, considerando o número de internos e a demanda por refeições podem variar e por fim melhoria no Fluxo de Caixa, uma vez que o pagamento por entregas parceladas ajuda a distribuir o impacto financeiro, permitindo uma melhor gestão do orçamento ao longo do ano.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contração Anual, formalizada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC, sob o número 380106-74/2026, ID PCA PNCP.: 96291141000180-0-000042/2026, devidamente publicado junto ao Portal Nacional de Compras Públicas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a presente contratação, será possível dar prosseguimento com o objetivo e obrigações das unidades envolvidas, nos cuidados das pessoas privativas de liberdade e os seus respectivos funcionários, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Lei 7.210/1984 - Lei de Execução Penal, contribuindo destarte para manutenção da ordem, segurança e disciplina destes Estabelecimento Penais

13. Providências a serem Adotadas

Prever no edital o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital, para a apresentação de propostas e lances.

Divulgar o inteiro teor do Edital e anexos junto ao PNCP.

Divulgar o extrato do edital no DOE e Jornal diário de Grande Circulação.

Divulgar junto ao PNCP, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, as contratações adjudicadas e homologadas no presente procedimento, bem como, os documentos da fase preparatória que por ventura não tenham sido divulgado junto ao edital.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há, no presente caso, visualização de possíveis impactos ambientais, sendo que a referida contratação não fere as práticas de sustentabilidade, não acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e tão pouco ao interesse público.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as informações apresentadas, entende-se viável a presente contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS SILVA E CASTRO

Chefe de Serviço



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 08:23:19.

LUCIANO LUCAS SERVALO LAGO

Chefe de Serviço



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 17:18:44.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I.pdf (413.45 KB)
- Anexo II - ANEXO II.pdf (397.93 KB)
- Anexo III - ANEXO III.pdf (403.28 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV.pdf (409.97 KB)
- Anexo V - ANEXO V.pdf (404.62 KB)

Nº	REM	QUANTO POR FASE	VEZES NO DIA	DOMINGO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	TOTAL P/ SEMANA	DOMINGO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	TOTAL P/ SEMANA	DOMINGO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	TOTAL P/ SEMANA	DOMINGO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	TOTAL P/ SEMANA	TOTAL GERAL	ACERTO UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL FINAL
1	AMORJOZ	0.100	2	627.20	627.20	627.20	627.20	627.20	627.20	627.20	4390.40	627.20	627.20	627.20	627.20	627.20	627.20	627.20	627.20	4390.40	627.20	627.20	627.20	627.20	627.20	627.20	627.20	4390.40	17882	PACOTE S65	3512							
2	FEIJÃO	0.005	2	25.20	25.20	25.20	25.20	25.20	25.20	25.20	166.40	25.20	25.20	25.20	25.20	25.20	25.20	25.20	25.20	166.40	25.20	25.20	25.20	25.20	25.20	25.20	25.20	166.40	5398									
3	FEIJÃO	0.005	2	50.67	50.67	50.67	50.67	50.67	50.67	50.67	332.80	50.67	50.67	50.67	50.67	50.67	50.67	50.67	50.67	332.80	50.67	50.67	50.67	50.67	50.67	50.67	50.67	332.80	10796									
4	ARROZ DOCE COM 1 KG	0.007	1	18.20	18.20	18.20	18.20	18.20	18.20	18.20	126.05	18.20	18.20	18.20	18.20	18.20	18.20	18.20	18.20	126.05	18.20	18.20	18.20	18.20	18.20	18.20	18.20	126.05	512									
5	LEITE EM PÓ	0.007	1	52.27	52.27	52.27	52.27	52.27	52.27	52.27	365.87	52.27	52.27	52.27	52.27	52.27	52.27	52.27	52.27	365.87	52.27	52.27	52.27	52.27	52.27	52.27	52.27	365.87	1480									
6	SAL INI	0.008	2	41.81	41.81	41.81	41.81	41.81	41.81	41.81	292.69	41.81	41.81	41.81	41.81	41.81	41.81	41.81	41.81	292.69	41.81	41.81	41.81	41.81	41.81	41.81	41.81	292.69	1171									
7	MACARONELA COM S.E. INI	0.008	2	51.81	51.81	51.81	51.81	51.81	51.81	51.81	372.84	51.81	51.81	51.81	51.81	51.81	51.81	51.81	51.81	372.84	51.81	51.81	51.81	51.81	51.81	51.81	51.81	372.84	1507									
8	MACARONELA	0.012	2	69.22	69.22	69.22	69.22	69.22	69.22	69.22	499.08	69.22	69.22	69.22	69.22	69.22	69.22	69.22	69.22	499.08	69.22	69.22	69.22	69.22	69.22	69.22	69.22	499.08	2022									
9	DOCE DE LEITE	0.027	1	70.56	70.56	70.56	70.56	70.56	70.56	70.56	603.92	70.56	70.56	70.56	70.56	70.56	70.56	70.56	70.56	603.92	70.56	70.56	70.56	70.56	70.56	70.56	70.56	603.92	1876									
10	DOCE DE LEITE	0.027	1	11.68	11.68	11.68	11.68	11.68	11.68	11.68	101.68	11.68	11.68	11.68	11.68	11.68	11.68	11.68	11.68	101.68	11.68	11.68	11.68	11.68	11.68	11.68	11.68	101.68	416									
11	MARGARINA (MARG. 150G)	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
12	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
13	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
14	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
15	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
16	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
17	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
18	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
19	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
20	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
21	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
22	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
23	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
24	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
25	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
26	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
27	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
28	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
29	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
30	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
31	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
32	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
33	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
34	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
35	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
36	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	20.91	146.36	595									
37	DOCE DE LEITE	0.004	2	20.91	20.91	20.91	20.91	20.9																														

Nº	TIPO	COD. BEC	COD. COMPRAS	ITEM	UN. FORNECIMENT O	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	4º CICLO	ACERTO	TOTAL
1	ESTOCÁVEL	39896	458904	ARROZ (5kg)	Emb. 5KG	156	156	156	156	78	700
2	ESTOCÁVEL	120456	464553	FEIJÃO (kg)	Emb. 1KG	156	156	156	156	78	700
3	ESTOCÁVEL	4683188	463861	ALHO (POTE COM 1 KG)	Emb. 1KG	33	33	33	33	17	150
4	ESTOCÁVEL	35610	291893	SAL (kg)	Emb. 1KG	40	40	40	40	20	180
5	ESTOCÁVEL	3317935	463587	CAFÉ (PACOTES COM 0,5 KG)	Emb. 500G	111	111	111	111	56	500
6	ESTOCÁVEL	4428692	463994	AÇUCAR (kg)	Emb. 1KG	156	156	156	156	78	700
7	ESTOCÁVEL	1324098	463692	OLEO (frascos)	Emb. 900ml.	111	111	111	111	56	500
8	ESTOCÁVEL	4611845	217093	VINAGRE (frascos)	Emb. 750ml.	44	44	44	44	22	200
9	ESTOCÁVEL	4595777	463699	MARGARINA (BALDE 15KG)	Emb. 15kg.	4	4	4	4	2	20
10	ESTOCÁVEL	1450328	242454	FARINHA 25KG	Emb. 25kg.	11	11	11	11	6	50
11	ESTOCÁVEL	64467	463904	FOLHA DE LOURO, SECA (KG)	Emb. 1KG	0	0	0	0	0	0
12	ESTOCÁVEL	64440	463916	OREGANO, SECO (KG)	Emb. 1KG	4	4	4	4	2	20
13	ESTOCÁVEL	1005170	463937	COLORIFICO EM PÓ COLORAL(KG)	Emb. 1KG	9	9	9	9	4	40
14	ESTOCÁVEL	1324047	459596	FERMENTO (500G)	Emb. 500G	11	11	11	11	6	50
15	ESTOCÁVEL	4591216	232360	REFresco (LIMÃO)	Emb. 1KG	111	111	111	111	56	500
16	ESTOCÁVEL	120359	464552	FEIJÃO PRETO	Emb. 1KG	22	22	22	22	11	100
17	ESTOCÁVEL	35629	459670	MOLHO DE TOMATE	Emb. 4,1KG	22	22	22	22	11	100
18	ESTOCÁVEL	4573218	458980	MACARRÃO PARAFUSO	Emb. 500G	67	67	67	67	33	300
19	ESTOCÁVEL	39926	470688	FUBA	Emb. 1KG	22	22	22	22	11	100
20	ESTOCÁVEL	5433851	458918	FARINHA DE MANDIOCA	Emb. 1KG	7	7	7	7	3	30
21	ESTOCÁVEL	3585174	326330	TRIGO PARA QUIBE	Emb. 1KG	22	22	22	22	11	100
22	ESTOCÁVEL	5738580	232930	BOLACHA DE SAL (PACOTE 400G) 10 UN.	Emb. 400G	222	222	222	222	111	1000
23	ESTOCÁVEL	4577213	605938	BOLACHA DE LEITE (PACOTE 400G) 10 UN.	Emb. 400G	222	222	222	222	111	1000
24	ESTOCÁVEL	6502890	465681	DOCE DE LEITE UN.	Emb. 20G	1111	1111	1111	1111	556	5000
25	ESTOCÁVEL	4588185	465663	PAÇOCA UN.	Emb. 20G	1111	1111	1111	1111	556	5000
26	ESTOCÁVEL	6252354	462651	DOCE DE GOIABA	Emb. 30G	1111	1111	1111	1111	556	5000
27	ESTOCÁVEL	1484044	445995	LEITE	Emb. 1L	667	667	667	667	333	3000
ex1	ESTOCÁVEL	4364627	339479	CALDO CARNE	Emb. 1KG	6	6	6	6	3	25
ex2	ESTOCÁVEL	4364554	339478	CALDO FRANGO	Emb. 1KG	6	6	6	6	3	25
ex3	ESTOCÁVEL	4750462	463690	CANJICA MILHO	Emb. 500G	22	22	22	22	11	100
ex4	ESTOCÁVEL	1324845	460263	FARINHA TRIGO	Emb. 1KG	33	33	33	33	17	150
ex5	ESTOCÁVEL	39934	459015	FARINHA MILHO	Emb. 1KG	11	11	11	11	6	50
ex6	ESTOCÁVEL	1294334	459586	FERMENTO QUÍMICO	Emb. 100G	22	22	22	22	11	100
ex7	ESTOCÁVEL	1321579	462717	GELATINA MORANGO	Emb. 1KG	33	33	33	33	17	150
ex8	ESTOCÁVEL	1321536	462705	GELATINA ABACAXI	Emb. 1KG	33	33	33	33	17	150
ex9	ESTOCÁVEL	5312493	459002	MACARRÃO ESPAGUETE	Emb. 500G	89	89	89	89	44	400
ex10	ESTOCÁVEL	74055	462832	MILHO VERDE	Emb.170G	22	22	22	22	11	100
ex11	ESTOCÁVEL	64475	463919	PIMENTA REINO	Emb. 500G	2	2	2	2	1	10
ex12	ESTOCÁVEL	4488687	462742	PREPARO PUDIM-CHOCO	Emb. 1KG	33	33	33	33	17	150
ex13	ESTOCÁVEL	4505883	459083	SAGU-TAPIOCA	Emb. 500G	44	44	44	44	22	200
ex14	ESTOCÁVEL	4422848	261503	XAROPE - GROSSELHA	Emb. 1L	33	33	33	33	17	150
ex15	ESTOCÁVEL	4422252	314055	REFRIGERANTE - COLA-FRSC.2L	Emb. 2L	44	44	44	44	22	200
ex16	ESTOCÁVEL	619329	459080	AMIDO DE MILHO	pct 500g	22	22	22	22	11	100
ex17	ESTOCÁVEL	4591224	344273	REFresco (UVA)	Emb. 1KG	22	22	22	22	11	100
ex18	ESTOCÁVEL	4518640	463555	ACHOCOLATADO	Emb. 1KG	22	22	22	22	11	100
28	HORTIFRUT	108251	446618	OVOS (duzia)	Dúzia	222	222	222	222	111	1000
29	HORTIFRUT	6411045	463782	CEBOLA (kg)	KG	156	156	156	156	78	700
30	HORTIFRUT	4406699	463806	TOMATE	KG	200	200	200	200	100	900
31	HORTIFRUT	4404360	463839	REPOLHO	KG	89	89	89	89	44	400
32	HORTIFRUT	4405862	463770	CENOURA	KG	133	133	133	133	67	600
33	HORTIFRUT	3149641	463754	BATATA	KG	222	222	222	222	111	1000
34	HORTIFRUT	4397240	463818	ACELGA	KG	111	111	111	111	56	500
35	HORTIFRUT	4409353	463747	ABOBORA	KG	111	111	111	111	56	500
36	HORTIFRUT	4396715	463767	BETERRABA	KG	89	89	89	89	44	400
37	HORTIFRUT	4408608	463823	ESCAROLA	KG	111	111	111	111	56	500
38	HORTIFRUT	4394526	463800	PEPINO	KG	44	44	44	44	22	200
39	HORTIFRUT	4395891	463778	CHUCHU	KG	67	67	67	67	33	300
40	HORTIFRUT	4398831	463822	COUVE	KG	111	111	111	111	56	500
41	HORTIFRUT	4419936	464401	MAÇA	KG	178	178	178	178	89	800
42	HORTIFRUT	4399218	464393	LARANJA	KG	444	444	444	444	222	2000
43	HORTIFRUT	4408381	464380	BANANA	KG	178	178	178	178	89	800
ex16	HORTIFRUT	4406508	464374	ABACAXI	KG	178	178	178	178	89	800
ex17	HORTIFRUT	4409248	464398	LIMÃO	KG	44	44	44	44	22	200
ex18	HORTIFRUT	4408918	464418	MELANCIA	KG	222	222	222	222	111	1000
ex19	HORTIFRUT	4393228	463753	BATATA DOCE	KG	89	89	89	89	44	400
ex20	HORTIFRUT	4395948	463764	BERINJELA	KG	89	89	89	89	44	400
44	PERECÍVEL	4944968	451062	CARNE BOVIANA PALETA	KG	333	333	333	333	167	1500
45	PERECÍVEL	38636	447636	FRANGO EM PEDAÇOS (COXA)	KG	444	444	444	444	222	2000
46	PERECÍVEL	4895827	450651	LINGUIÇA DE PERNIL	KG	111	111	111	111	56	500
47	PERECÍVEL	4895851	447702	LINGUIÇA CALABRESA	KG	111	111	111	111	56	500
48	PERECÍVEL	4880250	447525	CARNE SUINA	KG	156	156	156	156	78	700
49	PERECÍVEL	1656520	447720	SALSICHA	KG	78	78	78	78	39	350
50	PERECÍVEL	1278177	447751	STEAK	KG	33	33	33	33	17	150
51	PERECÍVEL	6029132	447747	HAMBURGUER	KG	33	33	33	33	17	150
52	PERECÍVEL	6029043	447757	ALMONDEGA DE CARNE BOVINA	KG	22	22	22	22	11	100
53	PERECÍVEL	6025625	447758	ALMONDEGA DE CARNE DE FRANGO	KG	22	22	22	22	11	100
54	PERECÍVEL	4345940	447618	FRANGO FILE (SASSAMI)	KG	111	111	111	111	56	500
55	PERECÍVEL	5374480	448892	PEIXE FILE	KG	44	44	44	44	22	200
56	PERECÍVEL	38431	447666	BACON	KG	11	11	11	11	6	50
57	PERECÍVEL	1258559	446633	QUEIJO	KG	44	44	44	44	22	200
ex19	PERECÍVEL	2427850	454687	CHARQUE	KG	11	11	11	11	6	50
ex20	PERECÍVEL	4945034	447439	COXÃO DURO	KG	222	222	222	222	111	1000
ex21	PERECÍVEL	4945077	447388	CUPIM	KG	44	44	44	44	22	200

Nº	TIPO	COD. BEC	COD. COMPRAS	ITEM	UN. FORNECIMENTO	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	4º CICLO	ACERTO COM 1 SEMANA	CRF	PPAIS	ESTOQUE	REDUÇÃO CONSIDERANDO ORÇAMENTO	TOTAL QUADRIMESTRE	TOTAL QUADRIMESTRE ARREDONDADO
1	ESTOCÁVEL	39896	458904	ARROZ (5kg)	Emb. 5KG	3512	3512	3512	3512	878	700		1758		13869	13869
2	ESTOCÁVEL	120456	464553	FEIJÃO (kg)	Emb. 1KG	6586	6586	6586	6586	1646	700				28689	28689
3	ESTOCÁVEL	4683188	463861	ALHO (POTE COM 1 KG)	Emb. 1KG	512	512	512	512	128	150		769		1558	1558
4	ESTOCÁVEL	35610	291893	SAL (kg)	Emb. 1kg	1171	1171	1171	1171	293	180		1172		3984	3984
5	ESTOCÁVEL	3317935	463587	CAFÉ (PACOTES COM 0,5 KG)	Emb. 500G	1507	1507	1507	1507	377	500		754		6152	6152
6	ESTOCÁVEL	4428692	463994	AÇÚCAR (kg)	Emb. 1KG	1756	1756	1756	1756	439	700		879		7285	7285
7	ESTOCÁVEL	1324098	463692	OLEO (frascos)	Emb. 900ml	1976	1976	1976	1976	494	500		989		7908	7908
8	ESTOCÁVEL	4611845	217093	VINAGRE (frascos)	Emb. 750ml	439	439	439	439	110	200		220		1846	1846
9	ESTOCÁVEL	4595777	463699	MARGARINA (BALDE 15KG)	Emb. 15kg.	39	39	39	39	10	20		20		166	166
10	ESTOCÁVEL	1450328	242454	FARINHA 25KG	Emb. 25kg.	228	228	228	228	57	50		457		563	563
11	ESTOCÁVEL	64467	463904	FOLHA DE LOURO, SECA (KG)	Emb. 1KG	6	6	6	6	1	0				25	25
12	ESTOCÁVEL	64440	463916	OREGANO, SECO (KG)	Emb. 1KG	6	6	6	6	1	20		45		0	0
13	ESTOCÁVEL	1005170	463937	COLORIÇO EM PÓ COLORAL(KG)	Emb. 1KG	15	15	15	15	4	40		76		76	76
14	ESTOCÁVEL	1324047	459596	FERMENTO (500G)	Emb. 500G	132	132	132	132	33	50		66		544	544
15	ESTOCÁVEL	4591216	232260	REFRESCO (LIMÃO)	Emb. 1KG	1411	1411	1411	1411	353	500		3001		3497	3497
16	ESTOCÁVEL	120359	464552	FEIJÃO PRETO	Emb. 1KG	261	261	261	261	65	100		392		819	819
17	ESTOCÁVEL	35629	459670	MOLHO DE TOMATE	Emb. 4,1KG	46	46	46	46	11	100				294	294
18	ESTOCÁVEL	4573218	458980	MACARRÃO PARAFUSO	Emb. 500G	1098	1098	1098	1098	274	300		549		4416	4416
19	ESTOCÁVEL	39926	470688	FUBA	Emb. 1KG	314	314	314	314	78	100				1433	1433
20	ESTOCÁVEL	5433851	458918	FARINHA DE MANDIOCA	Emb. 1KG	585	585	585	585	146	30				2518	2518
21	ESTOCÁVEL	3585174	326330	TRIGO PARA QUIBE	Emb. 1KG	261	261	261	261	65	100		262		949	949
22	ESTOCÁVEL	5738580	232930	BOLACHA DE SAL (PACOTE 400G) 10 UN.	Emb. 400G	3067	3067	3067	3067	767	1000				14037	14037
23	ESTOCÁVEL	4577213	605938	BOLACHA DE LEITE (PACOTE 400G) 10 UN.	Emb. 400G	3067	3067	3067	3067	767	1000				14037	14037
24	ESTOCÁVEL	6502890	465681	DOCE DE LEITE UN.	Emb. 20G	20907	20907	20907	20907	5227	5000		10461		83392	83392
25	ESTOCÁVEL	4588185	465663	PAÇOCA UN.	Emb. 20G	31360	31360	31360	31360	7840	5000				122588	122588
26	ESTOCÁVEL	6252354	462651	DOCE DE GOIABA	Emb. 30G	20907	20907	20907	20907	5227	5000		10461		83392	83392
27	ESTOCÁVEL	1484044	465995	LEITE	Emb. 1L	14635	14635	14635	14635	3659	3000				65197	65197
ex1	ESTOCÁVEL	4364627	339479	CALDO CARNE	Emb. 1KG	5	5	5	5	0	25				45	45
ex2	ESTOCÁVEL	4364554	339478	CALDO FRANGO	Emb. 1KG	5	5	5	5	0	25				45	45
ex3	ESTOCÁVEL	4750462	463690	CANIÇA MILHO	Emb. 500G	0	0	0	0	0	100				100	100
ex4	ESTOCÁVEL	1324845	460263	FARINHA TRIGO	Emb. 1KG	50	50	50	50	0	150				350	350
ex5	ESTOCÁVEL	39934	459015	FARINHA MILHO	Emb. 1KG	0	0	0	0	0	50				50	50
ex6	ESTOCÁVEL	1294334	459586	FERMENTO QUÍMICO	Emb. 100G	25	25	25	25	0	100				200	200
ex7	ESTOCÁVEL	1321579	462717	GELATINA MORANGO	Emb. 1KG	50	50	50	50	0	150		350		0	0
ex8	ESTOCÁVEL	1321536	462705	GELATINA ABACAXI	Emb. 1KG	50	50	50	50	0	150		350		0	0
ex9	ESTOCÁVEL	5312493	459002	MACARRÃO ESPAGUETE	Emb. 500G	25	25	25	25	0	400				500	500
ex10	ESTOCÁVEL	74055	462832	MILHO VERDE	Emb. 170G	15	15	15	15	0	100				160	160
ex11	ESTOCÁVEL	64475	463919	PIMENTO REINO	Emb. 500G	10	10	10	10	0	10				50	50
ex12	ESTOCÁVEL	4488687	462742	PREPARO PUDIM-CHOCO	Emb. 1KG	5	5	5	5	0	150		170		0	0
ex13	ESTOCÁVEL	4505883	459083	SAGU-TAPIOCA	Emb. 500G	5	5	5	5	0	200				220	220
ex14	ESTOCÁVEL	4422848	261583	XAROPÉ - GROSSELHA	Emb. 1L	5	5	5	5	0	150				170	170
ex15	ESTOCÁVEL	4422252	314055	REFRIGERANTE - COLA-FRSC 2L	Emb. 2L	0	0	0	0	0	200				200	200
ex16	ESTOCÁVEL	619339	459080	AMIDO (POLVILHO)	pkt 500g	15	15	15	15	0	100				160	160
ex17	ESTOCÁVEL	4591224	344273	REFRESCO (LIMA)	Emb. 1KG	0	0	0	0	2999	100				3099	3099
ex18	ESTOCÁVEL	4518640	463555	ACHOCOLATADO	Emb. 1KG	15	15	15	15	0	100		160		0	0
28	HORTIFRUT	108251	446618	OVOS (duzia)	Dúzia	3474	3474	3474	3474	1737	1000				16631	16631
29	HORTIFRUT	6411045	463782	CEBOLA (kg)	KG	1463	1463	1463	1463	366	700	2075,92	1000		3844	3844
30	HORTIFRUT	4406699	463806	TOMATE	KG	4939	4939	4939	4939	1235	900	6567,48	3500		11824	11824
31	HORTIFRUT	4404360	463839	REPOLHO	KG	2587	2587	2587	2587	647	400	3418,68			7977	7977
32	HORTIFRUT	4405862	463770	CENOURA	KG	3763	3763	3763	3763	941	600	4978,08	2200		9416	9416
33	HORTIFRUT	3149641	463754	BATATA	KG	3450	3450	3450	3450	862	1000	4698,24	2000		8963	8963
34	HORTIFRUT	4397240	463818	ACELGA	KG	3293	3293	3293	3293	823	500	4348,32			10146	10146
35	HORTIFRUT	4409353	463747	ABOBORA	KG	3763	3763	3763	3763	941	500	4948,08	2200		9346	9346
36	HORTIFRUT	4396715	463767	BETERRABA	KG	2117	2117	2117	2117	529	400	2818,92	1400		5177	5177
37	HORTIFRUT	4408608	463823	ESCAROLA	KG	1646	1646	1646	1646	412	500	2249,16			5248	5248
38	HORTIFRUT	4394526	463800	PEPINO	KG	941	941	941	941	235	200	1259,52	300		2639	2639
39	HORTIFRUT	4395891	463778	CHUCHU	KG	3450	3450	3450	3450	862	300	4488,24			10473	10473
40	HORTIFRUT	4398831	463822	COUVE	KG	1176	1176	1176	1176	294	500	1649,40	1596		2253	2253
41	HORTIFRUT	4419936	464401	MACA	KG	2718	2718	2718	2718	679	800	3705,28			8646	8646
42	HORTIFRUT	4399218	464393	LERANJA	KG	6899	6899	6899	6899	1725	2000	9396,48	2600		19325	19325
43	HORTIFRUT	4408381	464380	BANANA	KG	4599	4599	4599	4599	1150	800	6104,32	3000		11243	11243
ex16	HORTIFRUT	4406508	464374	ABACAXI	KG	0	0	0	0	0	800	240,00	100		460	460
ex17	HORTIFRUT	4409248	464398	LIMÃO	KG	100	100	100	100	0	200	180,00			420	420
ex18	HORTIFRUT	4408918	464418	MELANCIA	KG	0	0	0	0	0	1000	300,00			700	700
ex19	HORTIFRUT	4393228	463753	BATATA DOCE	KG	0	0	0	0	0	400	120,00			280	280
ex20	HORTIFRUT	4395948	463764	BERINJELA	KG	50	50	50	50	0	400	180,00			420	420
44	PERECÍVEL	4944968	451062	CARNE BOVIANA PALETA	KG	4756	4756	4756	4756	1189	1500				21714	21714
45	PERECÍVEL	38636	447636	FRANGO EM PEDACOS (COXA)	KG	2352	2352	2352	2352	588	2000				11996	11996
46	PERECÍVEL	4895827	459651	LINGUIÇA DE PERNIL	KG	1098	1098	1098	1098	274	500				5165	5165
47	PERECÍVEL	4895851	447702	LINGUIÇA CALABRESA	KG	1829	1829	1829	1829	457	500				8275	8275
48	PERECÍVEL	4880250	447525	CARNE SUINA	KG	4704	4704	4704	4704	1176	700				20692	20692
49	PERECÍVEL	1656520	447720	SALSICHA	KG	1411	1411	1411	1411	353	350				6348	6348
50	PERECÍVEL	1278177	447751	STEAK	KG	340	340	340	340	85	150				1594	1594
51	PERECÍVEL	6029132	447747	HAMBURGUER	KG	340	340	340	340	85	150				1594	1594
52	PERECÍVEL	6029043	447757	ALMONDEGA DE CARNE BOVINA	KG	340	340	340	340	85	100				1544	1544
53	PERECÍVEL	6025625	447758	ALMONDEGA DE CARNE DE FRANGO	KG	340	340	340	340	85	100				1544	1544
54	PERECÍVEL	4345940	447618	FRANGO FILE (SASSAMI)	KG	2890	2890	2890	2890	723	500				12784	12784
55	PERECÍVEL	5374480	448892	PEIXE FILE	KG	1202	1202	1202	1202	301	200				5309	5309
56	PERECÍVEL	38431	447666	BACON	KG	105	105	105	105	26	50				494	494
57	PERECÍVEL	1258559	446633	QUEIJO	KG	157	157	157	157	39	200				866	866
ex19	PERECÍVEL	2427850	454687	CHARQUE	KG	50	50	50	50	0	50				250	250
ex20	PERECÍVEL	4945034	447439	COXÃO DURO	KG	150	150	150	150	0	1000				1600	1600
ex21	PERECÍVEL	4945077	447388	CUPIM	KG	365	365	365	365	0	200				1660	1660

N°	TIPO	COD. BEC	COD. COMPRAS	ITEM	UN. FORNECIMENTO	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	4º CICLO	ACERTO COM 1 SEMANA	CRF	PPAIS	ESTOQUE	REDUÇÃO CONSIDERANDO ORÇAMENTO	TOTAL QUADRIMESTRE	TOTAL QUADRIMESTRE ARREDONDADO
1	ESTOCÁVEL	39896	458904	ARROZ (5kg)	Emb. 5KG	3512	3512	3512	3512	878	700		1758		13869	13869
2	ESTOCÁVEL	120456	464553	FEIJÃO (kg)	Emb. 1KG	6586	6586	6586	6586	1646	700				28689	28689
3	ESTOCÁVEL	4683188	463861	ALHO (POTE COM 1 KG)	Emb. 1KG	512	512	512	512	128	150		769		1558	1558
4	ESTOCÁVEL	35610	291893	SAL (kg)	Emb. 1KG	1171	1171	1171	1171	293	180		1172		3984	3984
5	ESTOCÁVEL	3317935	463587	CAFÉ (PACOTES COM 0,5 KG)	Emb. 500G	1507	1507	1507	1507	377	500		754		6152	6152
6	ESTOCÁVEL	4428692	463994	AÇÚCAR (kg)	Emb. 1KG	1756	1756	1756	1756	439	700		879		7285	7285
7	ESTOCÁVEL	1324098	463692	OLEO (frascos)	Emb. 900ml.	1976	1976	1976	1976	494	500		989		7908	7908
8	ESTOCÁVEL	4611845	217093	VINAGRE (frascos)	Emb. 750ml.	439	439	439	439	110	200		220		1846	1846
9	ESTOCÁVEL	4595777	463699	MARGARINA (BALDE 15KG)	Emb. 15kg.	39	39	39	39	10	20		20		166	166
10	ESTOCÁVEL	1450328	242454	FARINHA 25KG	Emb. 25kg.	228	228	228	228	57	50		457		563	563
11	ESTOCÁVEL	64467	463904	FOLHA DE LOURO, SECA (KG)	Emb. 1KG	6	6	6	6	1	0				25	25
12	ESTOCÁVEL	64440	463916	OREGANO, SECO (KG)	Emb. 1KG	6	6	6	6	1	20		45		0	0
13	ESTOCÁVEL	1005170	463937	COLORIFICO EM PÓ COLORAL(KG)	Emb. 1KG	15	15	15	15	4	40		26		76	76
14	ESTOCÁVEL	1324047	459596	FERMENTO (500G)	Emb. 500G	132	132	132	132	33	50		66		544	544
15	ESTOCÁVEL	4591216	232360	REFRESCO (LIMÃO)	Emb. 1KG	1411	1411	1411	1411	353	500		3001		3497	3497
16	ESTOCÁVEL	120359	464552	FEIJÃO PRETO	Emb. 1KG	261	261	261	261	65	100		392		819	819
17	ESTOCÁVEL	35629	459670	MOLHO DE TOMATE	Emb. 4,1KG	46	46	46	46	11	100				294	294
18	ESTOCÁVEL	4573218	458980	MACARRÃO PARAFUSO	Emb. 500G	1098	1098	1098	1098	274	300		549		4416	4416
19	ESTOCÁVEL	39926	470688	FUBA	Emb. 1KG	314	314	314	314	78	100				1433	1433
20	ESTOCÁVEL	5433851	458918	FARINHA DE MANDIOCA	Emb. 1KG	585	585	585	585	146	30				2518	2518
21	ESTOCÁVEL	3585174	326330	TRIGO PARA QUIBE	Emb. 1KG	261	261	261	261	65	100		262		949	949
22	ESTOCÁVEL	5738580	232930	BOLACHA DE SAL (PACOTE 400G) 10 UN.	Emb. 400G	3067	3067	3067	3067	767	1000				14037	14037
23	ESTOCÁVEL	4577213	605938	BOLACHA DE LEITE (PACOTE 400G) 10 UN.	Emb. 400G	3067	3067	3067	3067	767	1000				14037	14037
24	ESTOCÁVEL	6502890	465681	DOCE DE LEITE UN.	Emb. 20G	20907	20907	20907	20907	5227	5000				93853	93853
25	ESTOCÁVEL	4588185	465663	PAÇOCA UN.	Emb. 20G	31360	31360	31360	31360	7840	5000				138280	138280
26	ESTOCÁVEL	6252354	462651	DOCE DE GOIABA	Emb. 30G	20907	20907	20907	20907	5227	5000				93853	93853
27	ESTOCÁVEL	1484044	445995	LEITE	Emb. 1L	14635	14635	14635	14635	3659	3000				65197	65197
ex1	ESTOCÁVEL	4364627	339479	CALDO CARNE	Emb. 1KG	5	5	5	5	0	25				45	45
ex2	ESTOCÁVEL	4364554	339478	CALDO FRANGO	Emb. 1KG	5	5	5	5	0	25				45	45
ex3	ESTOCÁVEL	4750462	463690	CANIÇA MILHO	Emb. 500G	0	0	0	0	0	100				100	100
ex4	ESTOCÁVEL	1324845	460263	FARINHA TRIGO	Emb. 1KG	50	50	50	50	0	150				350	350
ex5	ESTOCÁVEL	39934	459015	FARINHA MILHO	Emb. 1KG	0	0	0	0	0	50				50	50
ex6	ESTOCÁVEL	1294334	459586	FERMENTO QUÍMICO	Emb. 100G	25	25	25	25	0	100				200	200
ex7	ESTOCÁVEL	1321579	462717	GELATINA MORANGO	Emb. 1KG	50	50	50	50	0	150		350		0	0
ex8	ESTOCÁVEL	1321536	462705	GELATINA ABACAXI	Emb. 1KG	50	50	50	50	0	150		350		0	0
ex9	ESTOCÁVEL	5312493	459002	MACARRÃO ESPAGUETE	Emb. 500G	25	25	25	25	0	400				500	500
ex10	ESTOCÁVEL	74055	462832	MILHO VERDE	Emb. 170G	15	15	15	15	0	100				160	160
ex11	ESTOCÁVEL	64475	463919	PIMENTA REINO	Emb. 500G	10	10	10	10	0	10				50	50
ex12	ESTOCÁVEL	4488687	462742	PREPARO PUDIM-CHOCO	Emb. 1KG	5	5	5	5	0	150		170		0	0
ex13	ESTOCÁVEL	4505883	459083	SAGU-TAPIOCA	Emb. 500G	5	5	5	5	0	200				220	220
ex14	ESTOCÁVEL	4422848	261503	XAROPE - GROSSELHA	Emb. 1L	5	5	5	5	0	150				170	170
ex15	ESTOCÁVEL	4422252	314055	REFRIGERANTE - COLA-FRSC.2L	Emb. 2L	0	0	0	0	0	200				200	200
ex16	ESTOCÁVEL	619329	459080	AMIDO (POLVILHO)	pct 500g	15	15	15	15	0	100				160	160
ex17	ESTOCÁVEL	4591224	344273	REFRESCO (UVA)	Emb. 1KG	0	0	0	0	2999	100				3099	3099
ex18	ESTOCÁVEL	4518640	463555	ACHOCOLATADO	Emb. 1KG	15	15	15	15	0	100		160		0	0
28	HORTIFRUT	108251	446618	OVOS (duzia)	Dúzia	3474	3474	3474	3474	1737	1000				16631	16631
29	HORTIFRUT	6411045	463782	CEBOLA (kg)	KG										0	0
30	HORTIFRUT	4406699	463806	TOMATE	KG										0	0
31	HORTIFRUT	4404360	463839	REPOLHO	KG										0	0
32	HORTIFRUT	4405862	463770	CENOURA	KG										0	0
33	HORTIFRUT	3149641	463754	BATATA	KG										0	0
34	HORTIFRUT	4397240	463818	ACELGA	KG										0	0
35	HORTIFRUT	4409353	463747	ABOBORA	KG										0	0
36	HORTIFRUT	4396715	463767	BETERRABA	KG										0	0
37	HORTIFRUT	4408608	463823	ESCAROLA	KG										0	0
38	HORTIFRUT	4394526	463800	PEPINO	KG										0	0
39	HORTIFRUT	4395891	463778	CHUCHU	KG										0	0
40	HORTIFRUT	4398831	463822	COUVE	KG										0	0
41	HORTIFRUT	4419936	464401	MAÇA	KG										0	0
42	HORTIFRUT	4399218	464393	LARANJA	KG										0	0
43	HORTIFRUT	4408381	464380	BANANA	KG										0	0
ex16	HORTIFRUT	4406508	464374	ABACAXI	KG										0	0
ex17	HORTIFRUT	4409248	464398	LIMÃO	KG										0	0
ex18	HORTIFRUT	4408918	464418	MELANCIA	KG										0	0
ex19	HORTIFRUT	4393228	463753	BATATA DOCE	KG										0	0
ex20	HORTIFRUT	4395948	463764	BERINJELA	KG										0	0
44	PERECÍVEL	4944968	451062	CARNE BOVIANA PALETA	KG	4756	4756	4756	4756	1189	1500				21714	21714
45	PERECÍVEL	38636	447636	FRANGO EM PEDAÇOS (COXA)	KG	2352	2352	2352	2352	588	2000				11996	11996
46	PERECÍVEL	4895827	450651	LINGUIÇA DE PERNIL	KG	1098	1098	1098	1098	274	500				5165	5165

47	PERECÍVEL	4895851	447702	LINGUIÇA CALABRESA	KG	1829	1829	1829	1829	457	500				8275	8275
48	PERECÍVEL	4880250	447525	CARNE SUINA	KG	4704	4704	4704	4704	1176	700				20692	20692
49	PERECÍVEL	1656520	447720	SALSICHA	KG	1411	1411	1411	1411	353	350				6348	6348
50	PERECÍVEL	1278177	447751	STEAK	KG	340	340	340	340	85	150				1594	1594
51	PERECÍVEL	6029132	447747	HAMBURGUER	KG	340	340	340	340	85	150				1594	1594
52	PERECÍVEL	6029043	447757	ALMONDEGA DE CARNE BOVINA	KG	340	340	340	340	85	100				1544	1544
53	PERECÍVEL	6025625	447758	ALMONDEGA DE CARNE DE FRANGO	KG	340	340	340	340	85	100				1544	1544
54	PERECÍVEL	4345940	447618	FRANGO FILE (SASSAMI)	KG	2890	2890	2890	2890	723	500				12784	12784
55	PERECÍVEL	5374480	448892	PEIXE FILE	KG	1202	1202	1202	1202	301	200				5309	5309
56	PERECÍVEL	38431	447666	BACON	KG	105	105	105	105	26	50				494	494
57	PERECÍVEL	1258559	446633	QUEIJO	KG	157	157	157	157	39	200				866	866
ex19	PERECÍVEL	2427850	454687	CHARQUE	KG	50	50	50	50	0	50				250	250
ex20	PERECÍVEL	4945034	447439	COXÃO DURO	KG	150	150	150	150	0	1000				1600	1600
ex21	PERECÍVEL	4945077	447388	CUPIM	KG	365	365	365	365	0	200				1660	1660

[illegible]

47	PERECÍVEL	4895851	447702	LINGUIÇA CALABRESA	KG										0	0
48	PERECÍVEL	4880250	447525	CARNE SUINA	KG										0	0
49	PERECÍVEL	1656520	447720	SALSICHA	KG										0	0
50	PERECÍVEL	1278177	447751	STEAK	KG										0	0
51	PERECÍVEL	6029132	447747	HAMBURGUER	KG										0	0
52	PERECÍVEL	6029043	447757	ALMONDEGA DE CARNE BOVINA	KG										0	0
53	PERECÍVEL	6025625	447758	ALMONDEGA DE CARNE DE FRANGO	KG										0	0
54	PERECÍVEL	4345940	447618	FRANGO FILE (SASSAMI)	KG										0	0
55	PERECÍVEL	5374480	448892	PEIXE FILE	KG										0	0
56	PERECÍVEL	38431	447666	BACON	KG										0	0
57	PERECÍVEL	1258559	446633	QUEIJO	KG	157	157	157	157	39	200				866	866
ex19	PERECÍVEL	2427850	454687	CHARQUE	KG	50	50	50	50	0	50				250	250
ex20	PERECÍVEL	4945034	447439	COXÃO DURO	KG										0	0
ex21	PERECÍVEL	4945077	447388	CUPIM	KG	365	365	365	365	0	200				1660	1660

ESP-CTO.PROGR.PEN.´DR.JAVERT DE ANDRADE´ SJRP

Contrato 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	380106-ESP-CTO.PROGR.PEN.´DR.JAVERT DE ANDRADE´ SJRP	LUCIANO LUCAS SERVALO LAGO	28/04/2026 10:37 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	74/2026	006.00181190/2026-35

1. Cláusula primeira - do objeto

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

COMPLEXO PENAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA "DR. JAVERT DE ANDRADE" DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

(Processo Administrativo nº 006.00181190/2026-35)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO ENTRE O(A) GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NORTE DO ESTADO, POR INTERMÉDIO DO(A) COMPLEXO DE PENAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E

O Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária, Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Norte do Estado por intermédio do(a) Complexo Penal de São José do Rio Preto, com sede no(a) BR 153, KM. 47,5 - Zona Rural, na cidade de São José do Rio Preto /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 96.291.141/0005-03, neste ato representado(a) pelo(a) Chefe de Departamento Hezequias Ambrosi, nomeado(a) pelo(a) Resolução SAP, de 30 de janeiro de 2025, publicado(a) no DOE de 31 de janeiro de 2025, portador(a) da identificação funcional nº 12.234.266, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ /MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 006.00181190/2026-35 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. XX /2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

- 1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte dias) dias, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:
- 2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
 - 2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato

4. Cláusula quarta - subcontratação

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. Cláusula quinta - preço

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. Cláusula sexta - pagamento

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste

7. Cláusula sétima - reajuste

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 10 (dez) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.10. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.13. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.16. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

- 9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. Cláusula décima - garantia de execução

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. Cláusula décima primeira - infrações e sanções administrativas

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula,

quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv. Multa: Calculada em conformidade com a Resolução SAP nº 49/2024, de 17 de abril de 2024.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. Cláusula décima segunda - da extinção contratual

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. Cláusula décima terceira - dotação orçamentária

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 00001/380106
- II. Fonte de Recursos: 150010001
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa: 339030-10
- V. Nota de Empenho:

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. Cláusula décima quarta - dos casos omissos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

15. Cláusula décima quinta - alterações

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. Cláusula décima sexta - publicação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

17. Cláusula décima sétima - foro

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANO LUCAS SERVALO LAGO
Pregoeiro



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PROCESSO SEI Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX

PREGÃO Nº XXX/2025

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ____/____/____

ITEM	MATERIAL	CADMAT	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01					
02					
03					
(...)					

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Local e Data.

(Nome/Assinatura do Representante Legal)



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Administração Penitenciária
Complexo Penal de São Jose do Rio Preto - Serviço Administrativo

PLANILHA DE PESQUISA DE PREÇOS

Nº do Processo: 006.00181190/2026-35

Interessado: COMPLEXO PENAL DE SÃO JOSE DO RIO PRETO

Assunto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2º QUADRIMESTRE DE 2026 - HORTIFRUTI E FRACASSADOS

Nº	COD. SIAFISICO	COD. COMPRAS	ITEM SIAFISICO	UN. FORN.	QUANT.	REFERENCIAL	TOTAL
1	6411045	463782	Cebola Amarela Grauda	KG	3844	R\$ 2,95	R\$ 11.339,80
2	4406699	463806	Tomate Longa Vida (achatado), C/ Diametro Equatorial Maior Que 70mm	KG	11824	R\$ 4,15	R\$ 49.069,60
3	4404360	463839	Repolho Verde Liso, Peso Por Unidade Maior Que 3,0kg	KG	7977	R\$ 3,35	R\$ 26.722,95
4	4405862	463770	Cenoura Nantes, Extra a (com Comprimento Entre 160 e 200mm)	KG	9416	R\$ 4,42	R\$ 41.618,72
5	3149641	463754	Batata Comum Escovada, Com Diametro Equatorial Acima de 70mm	KG	8963	R\$ 3,99	R\$ 35.762,37
6	4397240	463818	Acelga Alongada, Especial, Peso Por Unidade Menor Que 1,50kg	KG	10146	R\$ 3,50	R\$ 35.511,00

7	4409353	463747	Abobrinha Brasileira (2a), Diâmetro Da Base Variando de 55 a 70mm	KG	9346	R\$ 4,70	R\$ 43.926,20
8	4396715	463767	Beterraba, Extra a (com Diâmetro Entre 50 e 90mm)	KG	5177	R\$ 4,53	R\$ 23.451,81
9	4408608	463823	Escarola, Primeira, Peso Unitário Menor Que 350g	KG	5248	R\$ 6,91	R\$ 36.263,68
10	4394526	463800	Pepino Comum, Extra Aa (comprimento Entre 16 e 20cm)	KG	2639	R\$ 5,56	R\$ 14.672,84
11	4395891	463778	Chuchu Verde Claro, Extra a (peso Unitário Entre 250 e 450g)	KG	10473	R\$ 3,65	R\$ 38.226,45
12	4398831	463822	Couve Manteiga de Primeira, peso Por Unidade Menor Que 580g	KG	2253	R\$ 7,45	R\$ 16.784,85
13	4419936	464401	Maca Fuji, Com Peso Unitário Entre 133 e 180 Gramas	KG	8646	R\$ 7,45	R\$ 64.412,70
14	4399218	464393	Laranja, Pera, Com Diâmetro Entre 65 e 71mm	KG	19325	R\$ 3,47	R\$ 67.057,75
15	4408381	464380	Banana Nanica de Primeira, comp. Maior Que 20cm e Diam Maior Que 35 Mm	KG	11243	R\$ 4,42	R\$ 49.694,06
16	4406508	464374	Abacaxi Perola, Graúdo, Com Peso Unitário Maior Que 1,5kg	KG	460	R\$ 5,80	R\$ 2.668,00
17	4409248	464398	Límao Tahiti, Com Diâmetro Equatorial Maior Que 60mm	KG	420	R\$ 4,15	R\$ 1.743,00
18	4408918	464418	Melancia Comum, Redonda e Média (peso Unitário Entre 7 e 10kg)	KG	700	R\$ 2,89	R\$ 2.023,00

19	4393228	463753	Batata Doce, Rosada, Extra Aa (peso Unitário Entre 150 e 300g)	KG	280	R\$ 3,92	R\$ 1.097,60
20	4395948	463764	Berinjela, Comum, Extra A, Medida Maior Que 25cm Por Unidade	KG	420	R\$ 4,82	R\$ 2.024,40
21	4944968	451062	Carne Bovina, Paleta S/musculo (aparada), Inteira, Congelada	KG	21714	R\$ 29,90	R\$ 649.248,60
22	1258559	446633	Queijo, tipo Mussarela	KG	866	R\$ 36,39	R\$ 31.513,74
23	2427850	454687	Carne Bovina Salgada, Dianteira, Embalagem a Vacuo	KG	250	R\$ 38,93	R\$ 9.732,50
24	4945077	447388	Carne Bovina, Cupim, Peca Inteira, Congelada	KG	1660	R\$ 29,95	R\$ 49.717,00

Observação: A pesquisa de preço realizada no sistema COMPRAS.GOV 0105583628 apresentou diversos itens com valores referenciais com 3 (três) casas decimais, sendo assim, para formação da planilha orçamentária, desconsiderou-se um valor cotado, para que o sistema arredonde o valor referencial para duas casas decimais.

Conforme artigo 7º, do Decreto 67.888, de 17 de agosto de 2023:

I - Descrição do objeto a ser contratado:

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 2º QUADRIMESTRE DE 2026 - HORTIFRUTI E FRACASSADOS

II - Identificação do agente responsável pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento:

LUCIANO LUCAS SERVALO LAGO

III - Caracterização das fontes consultadas:

Foi utilizada a ferramenta eletrônica do sistema compras.gov, que trás outras contratações, dos mesmos objetos, ocorridas pela administração pública.

IV - Série de preços coletados:

O preço estimado foi determinado pela pesquisa de preço realizada conforme o Decreto 67.888, de 17 de agosto de 2023, que apresenta os valores referenciais que figuram como limites a serem considerados para tal contratação, sendo uma série de valores utilizados nas contratações públicas similares dentro dos últimos 12 meses.

V - Método matemático aplicado para definição do valor estimado:

Utilizada a mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo.

VI - Justificativa para o método utilizado, se for o caso, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável:

Seguiu-se o que se preceitua o disposto no inciso I do Artigo 3º do Decreto 67.888/23.

"Artigo 3º - Serão utilizados os seguintes parâmetros para aferição do melhor preço estimado:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, tais como a ferramenta de pesquisa de preços do Governo Federal, o Banco de Preços em Saúde - BPS e o Portal Nacional de Contratações Públicas, observados os índices de atualização específicos ou setoriais, admitido o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), se não houver outro;"

VII - Memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte:

De acordo com o consumo previsto, através de levantamento realizado no ETP, e, considerando o valor referenciado na presente pesquisa, o valor da contratação está estimado em R\$ 1.304.282,62 (um milhão, trezentos e quatro mil duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos).

VIII - Justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta que dispõe o inciso IV do artigo 3º:

Não se aplica.

Declaro para os devidos fins que os preços apresentados estão compatíveis aos praticados no mercado.

Considerando o disposto na Lei nº 123/2006, os itens com valores superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), terão definidos novos itens em cota proporcional a 25% do total, reservado para ME e EPP, sendo assim, os itens 21, terão os itens correspondentes Nº 25.

São Paulo, na data da assinatura digital.

LUCIANO LUCAS SERVALO LAGO

Chefe de Serviço Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Lucas Servalo Lago, Chefe de Serviço - Administração**, em 28/04/2026, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0105612438** e o código CRC **1F0A69D8**.
